

Fórum Consultivo dos Povos Indígenas

Para o Aluminium Stewardship Initiative



A terceira reunião do Fórum Consultivo dos Povos Indígenas (IPAF) do Aluminium Stewardship Initiative (ASI) foi realizada no Suriname entre os dias 21 e 24 de março de 2018, organizada por Vereniging van Inheemse Dorpshoofden no Suriname (VIDS) (associação dos líderes das comunidades no Suriname). O presente documento é um relatório resumido dos resultados da reunião, com documentos relevantes em anexo.

Sumário

Sumário	03
Objetivos da reunião	04
Quarta-feira, 21 de março de 2018	05
Sessão com todos os participantes	05
Captain Jona Gunther, Boas-vindas	05
Marie-Josée Artist, Objetivos da reunião	05
Robie Halip, Sessão introdutória sobre o IPAF	05
Fiona Solomon, Programa de Trabalho do Aluminium Stewardship Initiative	06
Mark Annandale, Relato sobre a participação dos povos indígenas em padrões da indústria extrativista	08
Leo von Carlowitz, GIZ	09
Louis Biswane, representante da visita de campo da KLIM	09
Angela Kaxuyana and Dimitrio Tiryana, COIAB	10
Sessão da tarde - apenas indígenas	11
Progresso em relação ao trabalho planejado 2017 - 2018	11
Quinta-feira, 22 de março	12
Visita de campo para a área do rio riacho Wane	12
Sexta-feira, 23 de março	13
Sessão apenas com indígenas	13
Comitê do Padrão e grupos de trabalhos associados	13
Revisão dos Termos de Referência do IPAF	13
Sessão com todos os participantes	13
Programa de Trabalho da ASI	13
Noite solidária	14
Sábado, 24 de março	15
Sessão apenas com indígenas	15
Sessão com todos os participantes	15
Nomeação de membros do IPAF para o Comitê do Padrão	15
Mecanismos de Reclamação: visualização	15
Conclusão da reunião	15
Anexo 1: Cronograma	16
Anexo 2: Lista de participantes	21
Anexo 3: Documentos de Referência	22
Anexo 3: Termo de Referência retificado para o IPAF (a ser revisado)	23
Anexo 4: Recomendações do Fórum Consultivo dos Povos Indígenas para a Aluminium Stewardship Initiative [como proposto]	26

Objetivos da reunião

- Reunir participantes do IPAF com comunidades indígenas do Suriname para trocar experiências e perspectivas
- Aumentar a conscientização sobre problemas ambientais e práticas de sustentabilidade associadas à mineração de bauxita e refinamento de alumínio entre os participantes do IPAF
- Continuar o fornecimento de contribuições ao IPAF para o desenvolvimento do programa de certificação da ASI para a cadeia de produção do alumínio
- Selecionar dois representantes do IPAF para o Comitê do Padrão da ASI

Quarta-feira, 21 de março de 2018

Sessão com todos os participantes

O cacique Selowin fez uma oração de abertura da reunião.

Cacique Jona Gunther, Boas-vindas

O cacique Jona Gunther formalmente deu as boas-vindas a todos os participantes do Suriname e expressou o desejo de uma reunião produtiva durante os dias que estão juntos. Ele apresentou a organização VIDS para todos os participantes: VIDS foi estabelecida após a Guerra Civil do Suriname e tem como o objetivo principal o reconhecimento dos direitos de terra das populações indígenas do Suriname e é a principal organização guarda-chuva de todas as comunidades indígenas do Suriname.

Para apoiar o trabalho da VIDS, existem organizações regionais de aldeias em Marowijne e no Pará, bem como em outras regiões. Essas organizações funcionam como braços regionais da VIDS. “Nós estamos não apenas onde nós queremos estar, mas a gente continua o diálogo com o governo para obter o reconhecimento de nossos direitos.” O cacique Jona desejou que a reunião fosse bem-sucedida, uma troca frutífera de pensamentos e ideias, para descobrir como podemos dar continuidade ao trabalho.

Marie-Josee Artist, Objetivos da reunião

Marie-Josee Artist desejou boas-vindas a todos e apresentou os objetivos da reunião do IPAF em 2018. Esses objetivos são discutidos em cada reunião anual do Fórum, para orientar o trabalho que fazemos juntos.

Robie Halip, Sessão introdutória sobre o IPAF

A primeira reunião de especialistas em povos indígenas sobre a ASI foi realizada em Chiang Mai em 2015. Nessa fase, houve uma discussão detalhada não do próprio Padrão (que foi amplamente negociado e acordado nessa etapa), mas sim dos indicadores que estavam sendo propostos para medir o sucesso do padrão. Os resultados dessa reunião foram muitos: comentários sobre os indicadores; preparação de duas notas de orientação para os membros da ASI (um sobre a implementação do Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC em inglês) e outro sobre a identificação dos povos indígenas); e uma declaração geral sobre a importância de proporcionar a participação efetiva dos povos indígenas em um Padrão que busca reconhecer e aumentar o respeito pelos seus direitos. Os folhetos informativos permanecem no site da

ASI e a expectativa é de que eles sejam sempre usados pelas empresas membro da ASI.

Em 2016, uma reunião de especialistas foi realizada em Kuantan, na Malásia. Nesta segunda reunião de especialistas, o Termo de Referência para o Fórum Consultivo dos Povos Indígenas (IPAF em inglês) foi redigido e o IPAF foi formalmente proposto à Diretoria da ASI como uma plataforma independente para os povos indígenas dentro da ASI. Uma publicação sobre o impacto da indústria do alumínio sobre os povos indígenas foi finalizada e impressa em 2016. Estudos de casos incluíram experiências do Suriname, Guiné, Malásia, Camboja e Austrália, e forneceram experiências detalhadas de povos indígenas sobre as experiências, desafios e lições aprendidas nessas comunidades. Em 2016 Robie Halip e Marie-Josee Artist foram nomeados como membros provisórios do Comitê Diretor do IPAF. Participantes da Guiné estavam envolvidos nesta reunião, mas, desde então, não puderam continuar o seu envolvimento devido a dificuldades significativas para aquisição de vistos.

Em 2017, o IPAF convocou sua reunião anual na Austrália, organizada pela comunidade Gumatj em Arnhem Land. Durante esta reunião houve uma série de contribuições que foram redigidas como recomendações no Documento de Orientação para o Padrão de Desempenho da ASI, particularmente no Princípio 9, que trata de Direitos Humanos. Existe uma expectativa de que o IPAF vai ser capaz de fornecer mais orientações diretamente aos membros da ASI sobre questões relacionadas aos povos indígenas, incluindo FPIC e direitos sobre terras, territórios e recursos. Nessa reunião será novamente revisado como o IPAF e a ASI podem apoiar o avanço do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas.

A ASI é um fórum multilateral que envolve empresas, organizações não-governamentais, organizações de povos indígenas e outras. Desde o início, existe certo nervosismo e preocupação entre as organizações indígenas sobre se envolver diretamente com as empresas desse modo. Ao propor o estabelecimento do IPAF as organizações indígenas e outras que fornecem apoio propuseram que haveriam metodologias de trabalho bem independentes e que a plataforma seria um processo consultivo independente. Ficou claro que o IPAF tem a função de fornecer conselhos, porque é importante que as perspectivas dos povos indígenas sejam trazidas para locais como este, mas sejam independentes. Os povos indígenas também estiveram envolvidos no ICMM, o Conselho Internacional de Mineração e Metais, mas não existe uma plataforma independente nesse conselho. Consideramos a

natureza independente desta plataforma como um passo muito importante no desenvolvimento de certificação para commodities.

Leo perguntou a frequência das reuniões de todo o Fórum e também quem arca o custo dessa reunião. Foi confirmado que a ASI pagou pelas reuniões presenciais e outros trabalhos do IPAF. Robie refletiu que o processo de revisão dos documentos de governança e documentos técnicos é complicado e demorado, e é difícil de fazer por meio de teleconferências ou similares. O IPAF é composto por organizações e indivíduos que também possuem empregos em outros lugares, e o comprometimento de tempo é considerável. Também existe uma barreira linguística em todo o Fórum, com membros trabalhando confortavelmente em francês, português e inglês.

Samir compartilhou que o desafio é trazer as experiências e o conhecimento local dos povos indígenas para dentro da discussão de elaboração do padrão. Há um grande valor nisso, mas é uma tarefa muito difícil. Nicholas compartilhou que na Índia houve algumas experiências muito ruins com multinacionais e outras empresas de mineração, incluindo a Bauxita, o que gerou impactos muito severos sobre os povos indígenas. Existem algumas leis de proteção, inclusive que proíbem a mineração em áreas protegidas (que tendem a se sobrepor à territórios indígenas). A história na Índia geralmente tem sido que os povos indígenas são excluídos e suprimidos por empresas de mineração e interesses do governo na extração de minerais. Há uma esperança de que estruturas de governança como a ASI e a certificação que é exigida ajudem nessa situação. As experiências já compartilhadas nas reuniões do IPAF, incluindo as maneiras pelas quais os povos indígenas da Austrália conseguiram assumir o controle de sua própria economia local.

Robie concluiu que o espaço do IPAF é um desafio, e realizar aportes técnicos em documentos é um elemento do trabalho, participar do Comitê do Padrão é outro elemento, mas além do IPAF existe uma oportunidade para estabelecer e construir solidariedade com povos indígenas impactados pela mineração.

Fiona Solomon, Programa de Trabalho do Aluminium Stewardship Initiative

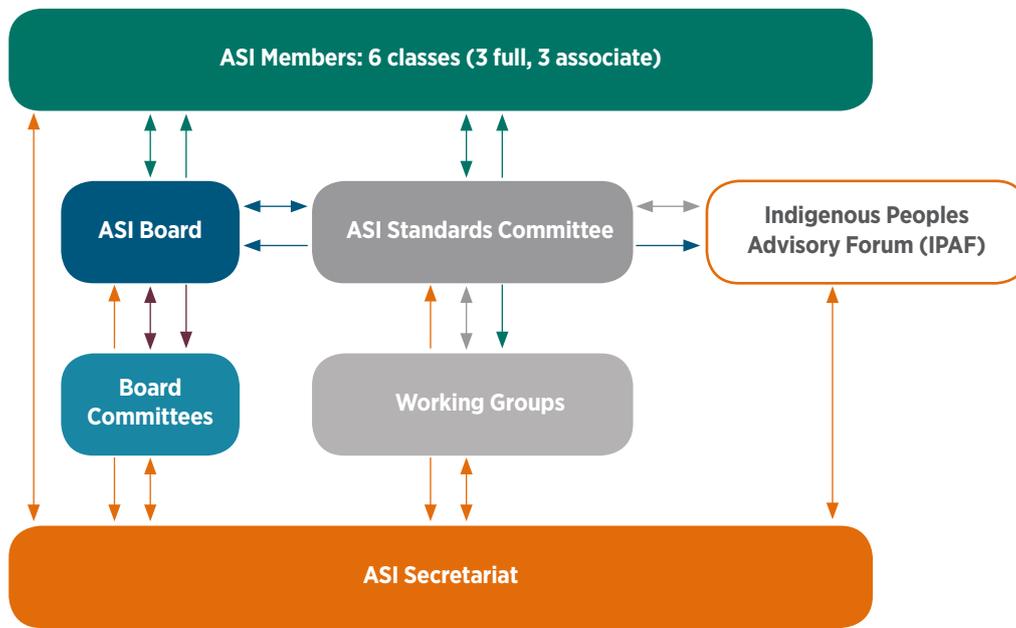
Fiona agradeceu aos anfitriões, particularmente ao VDIS por receber a todos, e a todos por terem viajado para participar da reunião. Ela confirmou que o Fórum é muito importante para a ASI e que “queremos ver isso crescer nos próximos anos”.

A ASI é jovem, tem apenas entre 3 e 4 anos, e é uma plataforma com várias partes interessadas. Tem empresas de toda a cadeia de valor, tem ONGs, sociais e ambientais e tem engajamento de povos indígenas. A ASI quer ver o alumínio sendo produzido de uma forma melhor e a administração do metal – maiores níveis de reciclagem. O padrão ASI se aplica a toda a cadeia de suprimento, desde a mineração, fundição, produção, transformação e reciclagem. A intenção é aumentar a coleta e a reciclagem em toda a cadeia a fim de reduzir a necessidade de mineração e extração.

A norma quer ser capaz de reivindicar a produção responsável até o consumidor final, e é isso que a certificação pretende fornecer. O sistema ASI inclui três conjuntos de documentos (regras) sobre como o sistema funciona:

1. O Padrão de Desempenho
2. O Padrão da Cadeia de Custódia
3. Garantia e Reclamações (o que as empresas podem dizer em relação ao seu status de certificação)

A governança na ASI é a seguinte:



Atualmente existem 61 diferentes membros da ASI, que elegem o Conselho e o Comitê do Padrão. O Comitê está envolvido nos detalhes técnicos de como o padrão está funcionando. Abaixo do Comitê do Padrão, existem também grupos de trabalho (GT) que analisam questões específicas em detalhe. Os grupos atualmente em funcionamento incluem o GT sobre Direitos Humanos e o GT sobre impactos ambientais.

A ASI está comprometida em apoiar e desenvolver ainda mais o IPAF, por meio das reuniões anuais que funcionam para conectar os participantes, para abrir o diálogo entre a ASI e o IPAF, apoiando o planejamento anual do trabalho e revisando e fornecendo informações sobre questões específicas e para os programas de trabalho. Além das reuniões anuais, existem oportunidades de participação por meio da reunião do Comitê do Padrão (teleconferências, reuniões anuais presenciais) com o Conselho e depois participando dos grupos de trabalho mencionados acima. A Reunião Geral Anual deste ano será realizada em Perth, na Austrália, e existem opções sobre como destacar o trabalho dos povos indígenas nessa reunião - talvez um Painel sobre Povos Indígenas e Mineração? Haverá um nível sustentável no apoio ao orçamento para o IPAF, que atualmente é de AUD 55.000.

As atividades gerais da ASI deste ano incluem o trabalho para as primeiras certificações. Há um prazo de dois anos para que todos os membros obtenham alguma certificação em suas áreas de trabalho. Existe um foco no desenvolvimento do sistema de certificação dentro do Secretariado da ASI, incluindo um programa de treinamento - treinamento para membros e auditores - e gostaria de ter um módulo de treinamento específico sobre os direitos dos povos indígenas ou as experiências dos povos indígenas com essa indústria. Há também um foco no monitoramento e avaliação para verificar como o impacto está enxergado no chão. Os grupos de trabalho também estão dando continuidade ao trabalho sobre direitos humanos e biodiversidade, que pode envolver povos indígenas ou o IPAF pode querer fornecer contribuições separadamente.

A ASI gostaria de discutir nessa reunião o escopo do trabalho colaborativo que pode ser realizado neste ano entre o IPAF e a ASI. Um item é a revisão do mecanismo de reclamações da ASI e a visualização de como esse mecanismo de reclamação pode funcionar. Outra possível área de colaboração é o monitoramento e a avaliação, particularmente o monitoramento e a avaliação do FPIC para verificar se o mesmo está sendo efetivamente implementado ou não. Programas de educação (webinars e treinamento) estão sendo desenvolvidos para os membros, e há interesse em desenvolver treinamento

especificamente sobre o FPIC e outras questões importantes para os povos indígenas. Existe também uma necessidade fundamental de falar sobre a reunião do IPAF de 2019 para iniciar o planejamento e a discussão desta reunião.

A discussão continuou sobre a necessidade de mobilização adicional de recursos para o trabalho do IPAF. Nicholas questionou o status das empresas com relação à certificação, e Fiona explicou os incentivos ou a motivação embutidos em sistemas de certificação como este, para demandas de clientes ou outras reivindicações que podem ser feitas.

Samin levantou uma pergunta sobre o status atual do mecanismo de reclamações, como ele foi projetado e como ele será considerado funcional. Fiona comentou que o Mecanismo de Reclamações foi muito discutido na reunião na Malásia em 2016, e alguns pontos foram alterados devido a essas discussões, incluindo a prestação de serviços de tradução para tentar garantir que o Mecanismo seja acessível para os povos indígenas.

Helen observou que o Mecanismo de Reclamações também fez parte da discussão na Reunião de Especialistas de 2016 em Kuantan, na Malásia, e alguns itens específicos foram incluídos no Termo de Referência do IPAF sobre a relação entre o IPAF e o Mecanismo de Reclamações. Houve uma discussão mais ampla sobre as pressões que existem na cadeia de fornecimento de alumínio que poderiam impulsionar o interesse de empresas em buscar a certificação.

O Mecanismo de Reclamações será discutido novamente mais tarde na reunião, então a discussão foi encerrada e será retomada novamente.

Mark Annandale, Relato sobre a participação dos povos indígenas em padrões da indústria extrativista

Mark Annandale apresentou o trabalho que vem fazendo na revisão da participação dos povos indígenas em padrões de sustentabilidade no extrativismo - amplamente definidos como a mineração, silvicultura, petróleo, gás, óleo de palma e hidroeletricidade. O estudo analisou cinco padrões diferentes de certificação: Forest Stewardship Council (FSC); Aluminium Stewardship Initiative (ASI); Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO); Equitable Origins (EO); and Responsible Jewellery Council (RJC).

As principais recomendações que emergiram do estudo incluíram:

- Os programas de certificação devem incluir um corpo consultivo permanente para os povos indígenas
- Contexto - são necessárias orientações específicas para o FPIC para apoiar empresas extrativistas e povos indígenas locais (treinamentos de ambos os lados)
- Contexto - critérios de verificação específicos para o FPIC para apoiar os auditores
- Maior transparência nos processos e resultados do FPIC
- Os auditores necessitam de conhecimento específico e contexto local para funcionar efetivamente

Leo von Carlowitz, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

Leo von Carlowitz fez uma apresentação sobre o trabalho da GIZ na área de extração de recursos, uma área na qual a GIZ está interessada devido aos desafios observados em países que têm altos níveis de riqueza mineral ou de recursos valiosos e ainda não presenciaram um desenvolvimento significativo ou benefícios econômicos difundidos da extração e venda desses recursos. A Alemanha também está interessada em recursos naturais em parte devido a dependência de suas indústrias à recursos minerais (sob um Ministério), e também interessada em promover o manejo sustentável dos recursos naturais como um elemento da filosofia de desenvolvimento e objetivos do governo alemão (dentro do escopo do Ministério do Desenvolvimento - BMZ). Este programa de trabalho e interesse inclui a melhoria da governança, aumentando o valor agregado dos recursos locais antes da exportação e outros elementos.

A GIZ também usa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs em inglês) como abordagem para seu interesse no apoio ao desenvolvimento - estes interesses incluem compromissos e medidas de países industrializados e de países em desenvolvimento (países em desenvolvimento eram o único foco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, objetivos anteriores). Referência recomendada "Mining and SDGs: An Atlas". O apoio ao desenvolvimento da GIZ concentra-se em dois SDGs, 12 e 17 (o primeiro sobre produção e consumo responsável e o segundo sobre parceria para a implementação dos objetivos).

O portfólio de "governança de recursos" da GIZ, inclui: fornecer orientação estratégica, orientação jurídica e regulatória para legislação da mineração e contratação (ou concessões), desenvolvimento de capacidade dentro dos governos; apoio à processos nacionais da EITI, apoio a iniciativas de sustentabilidade e esquemas de certificação e, finalmente, promover os direitos humanos na mineração. O governo alemão tem um forte compromisso com os direitos humanos, incluindo uma análise de risco obrigatória para todos os programas de desenvolvimento alemão. A GIZ também apoia iniciativas de cadeia de suprimentos e da cadeia de valor, e trabalha sob o escopo do Plano de Ação Nacional de Direitos Humanos. A assistência internacional de desenvolvimento da GIZ se concentra na África Central e Ocidental, com um trabalho mais limitado na América Central e do Sul, e menos expressivo na Ásia. O programa "Extratativismo para o Desenvolvimento" é essencialmente um programa

central, com pouco trabalho de campo, que se concentra na concepção e implementação de projetos pilotos, e para apoiar a troca de conhecimento. A GIZ também apoia iniciativas de sustentabilidade, incluindo a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativistas (EITI em inglês), a Iniciativa CONNEX, a Parceria Europeia para Mineração Responsáveis (EPRM em inglês), a Aluminium Stewardship Initiative, a Global Battery Alliance e a emergente Iniciativa do Aço Responsável.

A discussão da apresentação da GIZ incluiu Nicholas questionando o impacto no desenvolvimento a longo prazo da extração de recursos, dado que os recursos de fato chegarão a um limite em algum momento. A GIZ considera os recursos naturais como possíveis formas de desenvolver mudanças sociais e econômicas positivas em um país. No entanto, isso precisa ser visto no contexto da política comercial e outros fatores. Cathal também levantou o desafio de enxergar a mineração como um veículo para o desenvolvimento sustentável, e que a boa governança - frequentemente citada como uma solução chave para más práticas - é uma resposta insuficiente às violações dos direitos humanos e aos conflitos gerados pelas atividades de mineração.

ALMOÇO

Louis Biswane, representante da visita de campo da KLIM

Louis Biswane apresentou a área onde a viagem de campo será realizada na quinta-feira. Ele contou a história da jusante do rio Marowijne e das 8 comunidades indígenas que vivem lá, incluindo sua luta por meio da Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual eles lutaram com sucesso um caso pedindo que seus direitos à terra fossem respeitados. Embora um resultado positivo significativo tenha sido alcançado, o julgamento ainda não foi amplamente implementado após 11 anos. Um elemento do processo judicial foi que a área de mineração precisava ser reabilitada, o que a empresa agora diz ter feito. A reabilitação não foi bem-sucedida na visão das comunidades. As histórias das pessoas mais antigas da área falam sobre o valor da antiga floresta em pé, incluindo espécies valiosas de árvores, que simplesmente não estão mais presentes na área.

Louis compartilhou uma série de fotos mostrando a situação do local no momento quando as atividades da mina estavam sendo encerradas (2007). Antigas nascentes de água ativas na área desapareceram, secaram ou foram degradadas durante a mineração e não foram restauradas. Durante a reabilitação

havam fortes restrições em relação ao acesso a área da mina, o que era um problema na época, significando que as pessoas não conseguiam acessar sua área tradicional mesmo após a mineração ter sido feita.

Mark indagou se a empresa consultou às comunidades locais sobre quais as espécies de árvores eles gostariam que fossem replantadas, e Louis confirmou que não havia consulta. Depois que a VIDS solicitou acesso a área para as comunidades afetadas, a empresa concordou e mostrou a área que estava em processo de restauração, mas as árvores, que já tinham sido escolhidas e plantadas, não eram adequadas e não valiosas para as comunidades. Também foram levantados questionamentos sobre os benefícios compartilhados com as comunidades afetadas durante o período da mineração, e foi confirmado que existiram muito poucos e em pequenas quantidades. No oeste do Suriname, onde a exploração aconteceu posteriormente, houveram melhores subsídios para a repartição de benefícios.

Cathal questionou o que aconteceu com o julgamento significativo da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o que a empresa disse em resposta. A empresa afirma que a reabilitação está completa, mas que existem algumas discussões em andamento.

Angela Kaxuyana e Dimitrio Tiriyo, COIAB

Angela Kaxuyana apresentou um caso do Brasil, onde existem 305 diferentes grupos indígenas, não incluindo grupos recém contatados e grupos isolados. Existem 714 terras indígenas reconhecidas que cobrem 14% da área do Brasil - na Amazônia brasileira esse número sobe para 23%.

Os povos indígenas no Brasil se organizaram através da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - uma rede que inclui 7 organizações de diferentes regiões do Brasil. Essas organizações menores são separadas regionalmente, e a Amazônia Brasileira - COIAB - também é composta por organizações menores que estão alinhadas em nível estadual, 9 delas na Amazônia brasileira ao lado desses 9 estados. No extremo norte do Brasil existe uma rede de Terras Indígenas e Unidades de Conservação que cobrem (juntos) a maior parte do território dos estados do Pará e Amapá. Essa área inclui a maior Terra Indígena da Amazônia brasileira e também algumas das maiores Unidades de Conservação do Brasil. No entanto, apesar do status de proteção de grande parte da área, é também uma região do Brasil que possui reservas minerais significativas e, por isso, é uma área de muito interesse. Essa região também possui três importantes áreas de mineração ou processamento de bauxita: a Mineração Rio do Norte, a Alcoa Juriti e a Hydro Alunorte. Além das áreas habitadas por povos indígenas, há também populações quilombolas (descendentes de escravos fugidos, que vivem mais próximos das áreas de mineração de bauxita) e comunidades ribeirinhas dependentes do rio. Além das três áreas citadas acima, existe também muita pesquisa e exploração que indicam um aumento da mineração no futuro.

Recentemente, em novembro de 2015, houve um grande vazamento no Brasil, o desastre da Samarco Tailings. A barragem de rejeitos lançou enormes quantidades de lixo diretamente em um rio (o Rio Doce, o maior rio da região) e uma cidade inteira foi drasticamente afetada e os resíduos fluíram para o mar. Foi o pior desastre ambiental da história do Brasil - causou pelo menos 17 mortes e liberou 60 milhões de metros cúbicos de resíduos de ferro no meio ambiente.



Mais ao norte, a Mineração Rio do Norte, formada por uma parceria entre Vale, Alcoa, NorskHydro, Rio Tinto e outros, é uma mineradora e processadora de bauxita, resultando em uma grande barragem de rejeitos que as pessoas temem devido à história recente do desastre de 2015. Perto da barragem de rejeitos existe muitas comunidades (quilombolas) além de um grande rio logo acima de sua conexão com o rio Amazonas. A barragem de rejeitos da Mineração Rio do Norte está localizada a 400 metros de comunidades potencialmente impactadas, e foi construída sem o requerimento de um plano de emergência para um possível colapso da barragem.

Próximo a essa região, no estado do Pará, há também um novo projeto proposto pela Rio Tinto para extrair uma projeção de 2 milhões de toneladas de bauxita de uma área de concessão solicitada pela Rio Tinto. O projeto não foi aprovado pelo Governo do Estado no primeiro pedido, por razões pouco claras, embora isso possa mudar com o novo governo estadual que deverá assumir o poder nas próximas eleições. Além das Unidades de Conservação, exploração de minerais valiosos e licenças para exploração, existem também barragens hidroelétricas atuais e propostas na área. A maior represa hidroelétrica que está sendo proposta na área (1 milhão de KW) também está muito próxima da mineração do Rio do Norte. A grande barragem foi inicialmente proposta na década de 70 e foi barrada na época pelas comunidades e havia um conflito generalizado na época. Agora uma nova proposta será apresentada.

Angela concluiu dizendo que é crucial que o governo brasileiro respeite os direitos dos povos indígenas, incluindo o uso adequado do conceito de livre consentimento, prévio e informado (FPIC em inglês). Na experiência brasileira, o FPIC é usado com muita frequência para substituir as visões das comunidades onde a aprovação é realizada por um ou dois indivíduos.

Demetrio Tiriyo continuou compartilhando a experiência brasileira - ele vem de APOINP e APITIKATXI, ambas organizações de povos indígenas. Existem muitas tribos indígenas nos estados do Pará e do Amapá que também estão presentes nas Guianas, na Guiana Francesa, no Suriname e na Guiana. As Terras Indígenas do lado do Brasil são todas legalmente demarcadas como reservas indígenas. Em algumas reservas, tribos diferentes podem ser agrupadas, e existem meios de comunicação através da fronteira do Brasil com povos dos mesmos grupos linguísticos no Suriname, Guiana, Guiana. Anteriormente, os povos indígenas não se estabeleciam em um único local e não eram sedentários, mas com a criação

dessas reservas eles permanecem em uma única área e se estabelecem em comunidades mais permanentes. As reservas são também o nível no qual o planejamento do uso do solo está ocorrendo para verificar como a terra pode sustentar os povos no futuro.

Discussões: há uma dúvida sobre o desenvolvimento de usinas hidrelétricas e quem está desenvolvendo as novas propostas - elas são propostas principalmente por empresas privadas ou pelo governo? Esse quadro está mudando, sendo que cada vez mais empresas privadas estão sendo responsáveis por uma parte maior do ciclo de vida de projetos, financiando, propondo, usando, vendendo, com um menor envolvimento do governo.

Sessão da tarde – apenas indígenas

Progresso em relação ao trabalho planejado 2017 - 2018

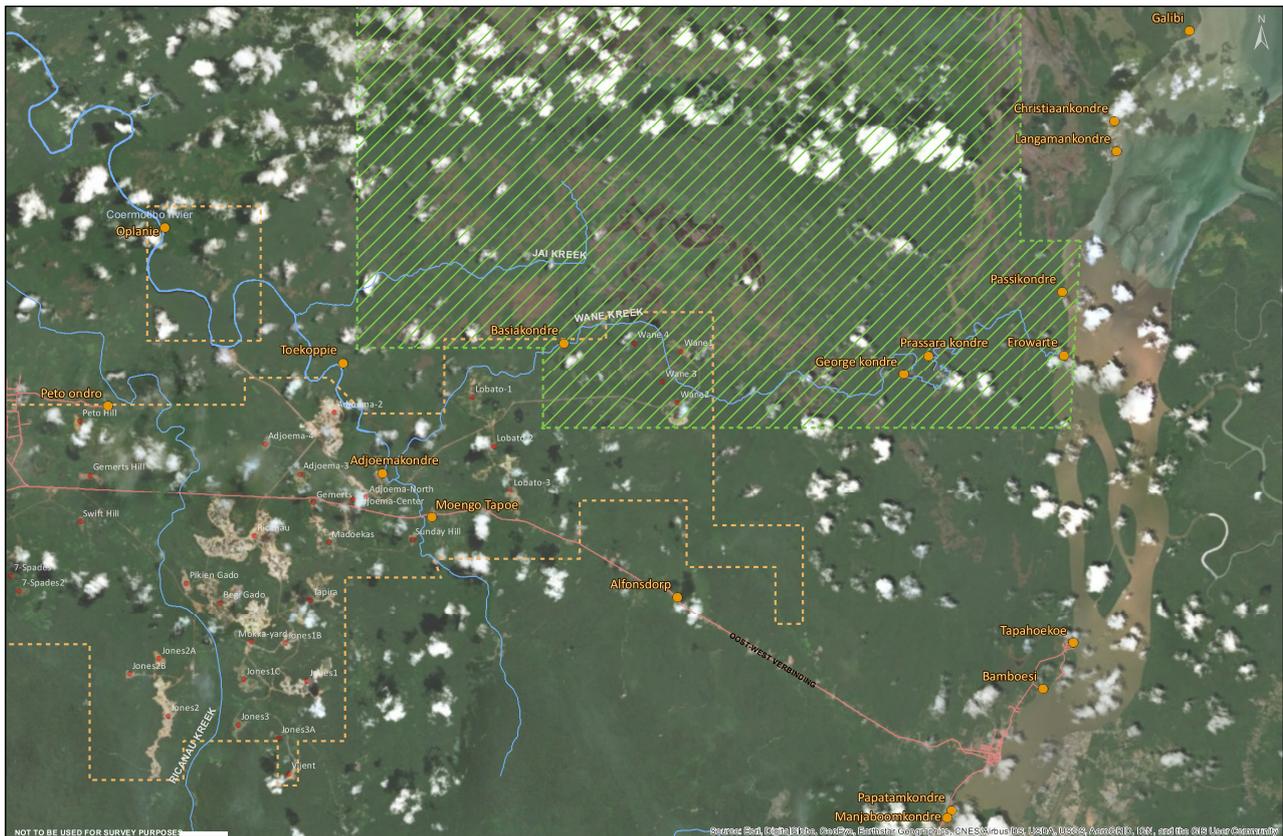
Robie apresentou os planos de trabalho do IPAF para 2017 e 2018. O desafio das limitações do planejamento do trabalho do IPAF com orçamento limitado e um escopo restrito com relação as atividades que a ASI cobre (apenas atividades de membros certificados). Os membros da ASI estão começando a apresentar perguntas significativas ao IPAF quanto a implementação do FPIC e de boas práticas e, sendo o IPAF um Fórum, quais conselhos poderiam ser dados em relação ao FPIC para esses países membros. Os auditores que avaliarão o comportamento da empresa também irão buscar orientação sobre como identificar os povos indígenas e como avaliar se a implementação do FPIC foi atingida.

As atividades propostas em 2017 focaram na convocação da reunião do IPAF de 2018 - foi difícil de financiar atividades adicionais. O potencial financiamento do projeto pela GIZ foi dedicado a uma revisão da participação dos povos indígenas nos padrões da indústria extrativista (apresentado o IPAF no primeiro dia da reunião). As atividades de extensão planejadas foram - até certo ponto - bem-sucedidas, mas é necessário um maior alcance para garantir a expansão contínua da rede e a inclusão de pessoas que possam trabalhar em direção a assumir funções de liderança dentro do Fórum.

Os membros do fórum também refletiram sobre a importância de garantir que o IPAF permaneça alinhado com outras organizações e movimentos indígenas que trabalham com indústrias extrativistas, inclusive por meio da rede global de povos indígenas afetados pelas indústrias extrativistas.

Quinta-feira, 22 de março

Visita de campo na área do rio riacho Wane



A área Wane no distrito Marowijne, região leste do Suriname, cerca de 2 horas de carro de Paramaribo, faz parte do território das comunidades indígenas. Em 1986, o Governo estabeleceu a área de proteção Wane para proteger as savanas sob argila úmida do Wane riacho e as savanas úmidas brancas do tipo Wade que ocorrem apenas no Suriname, tornando esta reserva única. Quando a área protegida foi estabelecida, a mineração de Bauxita pela Alcoa / Suralco e pela BHP Billiton já acontecia há mais de 50 anos.

Após cem anos de exploração de bauxita, primeiro a BHP Billiton (2011) e depois a Alcoa / Suralco (2015) decidiram encerrar todas as atividades da mina no Suriname. A Suralco ainda tem algumas operações relacionadas ao fechamento da mina. Em Coermotibo, perto do córrego Wane, terra dos povos indígenas, a Suralco diz que recuperou cerca de 90% da vegetação.

A Alcoa / Suralco fez uma visita guiada nas áreas Wane 1 e 2, que são áreas mineradas e áreas restauradas que fazem parte do território dos povos indígenas, e na reserva natural. De lá, os representantes visitaram Erowarte, uma aldeia Kari'na perto da foz do riacho Wane e fizemos um passeio curto de barco pelo riacho Wane sob a supervisão de moradores locais.

Os visitantes almoçaram em Erowarte e tiveram um bate-papo com os moradores e outros membros das tribos Kari'na e Lokono de Marowijne, KLIM (Kari'na em Lokono Inheemsen Marowijne), antes de retornarem para Paramaribo.

Sexta-feira, 23 de março

Sessão apenas com indígenas

Comitê do Padrão e grupos de trabalhos associados

Robie apresentou a pauta revisada, detalhando o papel do Comitê do Padrão e dos Grupos de Trabalho estabelecidos no Comitê do Padrão. O IPAF vai olhar com mais detalhes o que os povos indígenas querem alcançar nos grupos de trabalho, e que tipo de mudança é necessária no Padrão.

O primeiro elemento abordado na sessão foi o trabalho do Comitê do Padrão no momento. O papel do Comitê do Padrão em 2018 inclui a finalização do Plano de Monitoramento e Avaliação da ASI; a participação e resultados da reunião do IPAF em 2018 no Suriname e a participação na AGM na Austrália. O IPAF também precisa rever os Grupos de Trabalho atualmente estabelecidos no Comitê Diretor, incluindo (mas não limitado a): o Grupo de Trabalho em Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (novo); o Grupo de Trabalho em Direitos Humanos (novo) e o Grupo de Trabalho sobre Impactos Ambientais.

O Grupo de Trabalho de Impactos Ambientais já está funcionando há algum tempo e, em 2018, vai abordar “recomendações e metodologias para estabelecer metas específicas para emissões e reduções de resíduos”. Eles também foram solicitados para revisar os indicadores ambientais, incluindo os processos de coleta.

O Grupo de Trabalho de Direitos Humanos foi criado em 2017 e está sendo finalizado no momento para apoiar a implementação dos critérios de direitos humanos (Princípio 9). O Grupo de Trabalho de Biodiversidade e Serviços de Ecossistêmicos está avaliando a integração de serviços ecossistêmicos e o aumento de áreas não passíveis para exploração no Padrão de Desempenho da ASI.

Estes são os três grupos de trabalho que requerem contribuições dos povos indígenas. No entanto, também é possível uma contribuição mais integrada do IPAF para considerar as discussões entre os diferentes grupos de trabalho e para fornecer orientações integradas que poderão ser apresentadas diretamente ao Comitê do Padrão.

A reunião concluiu que os novos participantes, tanto do Suriname quanto do Brasil, precisam de mais tempo para se familiarizar com o Padrão de Desempenho e o sistema ASI. O objetivo dos grupos de discussão para esta sessão da manhã é garantir que os novos participantes entendam o status do padrão neste momento. Além disso, grupos (grupo Suriname, grupo

Brasil, grupo Ásia) vão revisar os principais elementos da ASI que precisam de contribuições no momento, com um foco na orientação para auditoria de questões-chave: FPIC, due diligence de direitos humanos, Áreas de Influência, Instalações Associadas, direitos humanos; e os elementos que estão sendo discutidos nos Grupos de Trabalho do Comitê do Padrão da ASI: Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, Direitos Humanos e Impactos Ambientais.

O Grupo de Trabalho discutiu esses tópicos em detalhes e os resultados desses Grupos de Trabalho podem ser encontrados no documento final da reunião do IPAF de 2018.

ALMOÇO

Revisão dos Termos de Referência do IPAF

Os Termos de Referência (TOR em inglês) originais foram apresentados na reunião por Robie Halip. O TOR original previa uma rede maior do que foi capaz de ser reunida nesta fase, portanto, o TOR talvez precise ser revisado. O número de membros atual permanece bastante limitado. O Fórum pode crescer se o mesmo for uma instituição mais aberta e, portanto, algumas mudanças nos TORs podem ser necessárias para alcançar este objetivo. Uma longa discussão levou a propostas de mudanças específicas, anexadas aqui.

COFFEE-BREAK

Sessão com todos os participantes

Programa de Trabalho da ASI

Fiona Solomon apresentou o programa de trabalho da ASI que pode ser realizado em colaboração com o IPAF, sendo o primeiro deles monitoramento e avaliação - para entender o impacto da ASI e a sua área de influência. Uma das principais áreas que a ASI está buscando melhorias é a conformidade com o FPIC e como pode ser avaliada a implementação de mudanças na forma como o FPIC é buscado, obtido e mantido. A segunda ideia é o programa de treinamento que a ASI oferece para empresas e auditores, chamado de “educationAL”, administrado por Krista (baseado no Canadá e anteriormente trabalhou com os povos das Primeiras Nações de lá).

Compartilhando os resultados da sessão desta manhã, **Robie Halip** falou sobre o trabalho adicional nas recomendações discutidas nesta manhã que será finalizado e apresentado na sessão da tarde de amanhã com as propostas de revisão do TOR do IPAF e do plano de trabalho para 2018-2019. Qual é

a forma do treinamento previsto para os membros da ASI?

Fiona respondeu que, em sua maioria, os treinamentos são em forma de webinars (alguns presenciais) com o webinar para membros e alguns treinamentos presenciais para auditores sobre o Padrão ASI e o que será esperado dos auditores. A ASI tem algumas ideias sobre webinars que podem ser realizados no futuro e também um formato para webinars “conversacionais” que podem ser adequados. Os webinars podem ser realizados em português ou holandês ou em outros idiomas. Uma coisa para o IPAF pensar é quais tópicos e treinamentos podem ser abordados nos webinars - FPIC, é claro, talvez exemplos específicos de experiências de povos indígenas com a produção e processamento de alumínio. Outro tópico que poderia ser útil é a identificação de povos indígenas.

Samin propôs que o treinamento poderia ser estruturado em torno de um exemplo de boa prática, com alguns exemplos no Camboja sobre onde e como uma empresa passou por um processo de mediação para superar a não conformidade com um padrão (neste caso, um padrão do Banco Mundial). Também poderia ser útil para coletar todos os instrumentos nacionais e internacionais relacionados aos direitos dos povos indígenas. Um treinamento em instrumentos internacionais e nacionais sobre direitos indígenas, incluindo o respeito às leis consuetudinárias e sessões de troca de informações sobre as experiências dos povos indígenas.

Fiona explicou que existem apenas algumas empresas de auditoria que estão envolvidas no padrão ASI no momento. O treinamento que já foi realizado abordou o FPIC e tópicos relacionados até certo ponto, mas poderia ser benéfico aprofundar esses tópicos. A ASI está buscando expertise em sistemas jurídicos consuetudinários e direitos indígenas para fazer parte do grupo de auditores com quem estão trabalhando. **Robie** observou que o papel do IPAF também inclui a recomendação de especialistas para a ASI que possuem experiência em direitos indígenas. Agora, esses indivíduos podem ser registrados agora “registro de especialistas” que está atualmente aberto – um apelo para a tomada de medidas!

Nicholas observou que muitos passos foram dados através do processo da ASI que resultaram em princípios de alta qualidade. Como trazer essas lições para o campo e para os povos indígenas que podem ser impactados pela produção de alumínio? Como a ASI pode desempenhar um papel no treinamento dos povos indígenas diretamente sobre a presença do Padrão ASI? **Fiona** observou que o webinar também poderia ser usado para esse processo. **Helen** mencionou a recomendação sugerida na parte da manhã sobre como a ASI ou o IPAF poderiam estar envolvidos no processo de contatar os povos indígenas que podem ser impactados por uma determinada área de certificação, a fim de aumentar a conscientização sobre a ASI e o que a certificação significa e demanda. Foi concordado que esta poderia ser uma área para uma possível colaboração futura.

Robie observou que há uma série de materiais de treinamento já disponíveis sobre o consentimento livre, prévio e informado (FPIC em inglês), e sobre outras questões específicas relevantes para os povos indígenas, que podem ser compartilhadas pelo IPAF com a ASI para uso na plataforma de treinamento. O VIDS endossou o uso desses vídeos usados para o engajamento de povos indígenas e para o desenvolvimento de protocolos de FPIC. **Samin** perguntou sobre a possibilidade de incluir treinamento para o registro de ocorrências para os povos indígenas e treinamento sobre o uso de modelos de formulários para monitorar os abusos dos direitos humanos. Isso implica em mais trabalho para os povos indígenas diretamente, mas também um guia para os auditores para avaliar a conformidade com o Padrão.

Materiais de treinamento sobre questões importantes como UNDRIP, FPIC e outros estão disponíveis no site da AIPP. Outros materiais desenvolvidos por outras organizações podem ser coletados e sugeridos também. O cacique **Selowin** recomendou a realização de treinamentos nas comunidades e nas aldeias para permitir que as pessoas estejam cientes deste Padrão e o que isso poderia significar. Treinamento e conscientização em nível comunitário não é algo que pode ser feito em uma única vez, precisa ser um processo contínuo para permitir que as pessoas compreendam com o tempo. O cacique **Jona** indagou sobre quais aldeias seriam ou poderiam ser incluídas, aquelas diretamente impactadas ou outras também? A necessidade pode direcionar o fornecimento de treinamento, então a resposta é provavelmente aquelas comunidades diretamente impactadas primeiro e depois outras comunidades caso houver necessidade e interesse. O cacique **Selowin** observou que o FPIC é raramente aplicado na prática, mesmo entre agências e órgãos governamentais que conhecem e devem respeitar o princípio. **Samin** observou que os Princípios Orientadores da ONU sobre B&HR, e padrões similares aplicados à ação da empresa, não são obrigatórios. **Angela** explicou que algumas das comunidades em sua área estão no processo de desenvolver seus próprios protocolos comunitários, e esperam que os protocolos sejam concluídos no final de 2019 e que estão dispostos a compartilhá-los assim que concluídos. **Cathal** observou que ele tem protocolos que também podem ser compartilhados. **Robie** sugeriu que os materiais de treinamento compartilhados sejam armazenados em uma biblioteca digital na página do IPAF para agrupá-los.

Haverá outra sessão de planejamento pela manhã para que ideias adicionais possam ser apresentadas e discutidas, particularmente para treinamentos em nível comunitário e o que é necessário nesse nível.

Noite solidária

Após o término da reunião, todos os participantes viajaram para a comunidade de Pikin Poika, uma comunidade indígena a cerca de uma hora de Paramaribo. A comunidade recebeu os participantes do IPAF no Suriname, e danças e músicas foram compartilhadas.

Sábado, 24 de março

Sessão apenas com indígenas

A sessão da manhã foi uma sessão somente de indígenas para trabalhar nas recomendações do IPAF a serem apresentadas ao Secretariado da ASI, e no plano de trabalho proposto para 2018 - 2019. Também houve uma discussão sobre os nomes a serem propostos para o mandato de 2018 - 2020 do Comitê Diretor. As sessões da manhã incluíram a apresentação das recomendações sugeridas nos grupos de trabalho de sexta-feira, incluindo o Brasil, o Suriname e a Ásia.

Depois de compilar as recomendações e revisá-las para garantir a consistência com as discussões anteriores, a discussão voltou à nomeação de membros do IPAF para compor o próximo mandato (2 anos) do Comitê do Padrão. Os critérios para a seleção dos membros do Comitê do Padrão pelos membros gerais do IPAF foram revisados e os principais critérios de gênero e equilíbrio regional foram reiterados. Sem uma decisão clara em vigor, o acordo final foi adiado para a sessão da tarde.

ALMOÇO

Sessão com todos os participantes

Nomeação de membros do IPAF para o Comitê do Padrão

A sessão da tarde foi concluída com os membros nomeados para o Comitê Diretor. Os seguintes pontos-chave foram abordados: que tradução pode ser fornecida para os membros do SC em teleconferências em francês e português, que existem processos de treinamento (integração) para todos os novos membros do Comitê Diretor. Ao refletir sobre a possível afiliação ao Comitê, os membros do IPAF levantaram os seguintes pontos:

- É importante tentar alcançar um equilíbrio de gênero e de região
- Deve haver uma tentativa de equilíbrio entre o número de pessoas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, pois as experiências são muito distintas
- O Canadá foi amplamente sugerido como sendo um dos principais países a ser incluído no trabalho do IPAF, de preferência, em algum momento, como um membro do Comitê Diretor (provavelmente no futuro)
- Reafirmação da necessidade de recursos para o trabalho dos membros do Comitê Diretor

- Os atuais membros do Comitê Diretor consideraram a experiência enriquecedora e uma grande oportunidade de aprendizado e levantaram a necessidade de o IPAF pensar em capacitação de pessoas dentro do Fórum para assegurar que outros membros estejam disponíveis e aptos para cumprir esta função.

Foi tomada a decisão que cinco pessoas seriam nomeadas, as quais estão trabalhando de diversas formas como representantes do IPAF no Comitê Diretor. Nicholas Barla será nomeado como titular de uma cadeira do Comitê, sendo quatro suplentes nomeados: Samin Ngach, Robie Halip, Gina Castelain e Marie-Josée Artist. Robie e Marie-Josée vão fornecer apoio como membros do financeiro do Comitê Diretor, Gina e Samin estarão em processo de aprendizado para participar mais efetivamente ao longo do tempo.

Mecanismos de Reclamação: visualização

Houve uma discussão sobre a visualização do Mecanismo de Reclamações da ASI, o estabelecimento ou criação de materiais simplificados e acessíveis para explicar o Mecanismo de Reclamações. Mark apresentou alguns exemplos de visualização de processos de planejamento e objetivos que foram desenvolvidos por comunidades indígenas na Austrália. Recomendações podem ser enviadas para a Secretaria da ASI nas próximas semanas.

Conclusão da reunião

Robie Halip apresentou o plano de trabalho proposto para o IPAF em 2018 - 2019. Pequenas revisões foram feitas e foi acordado que uma versão preliminar seria distribuída a todos os participantes para comentários adicionais (incluindo traduções em francês e em português).

Samin Ngach e **Helen Tugendhat** apresentaram as recomendações atribuídas sobre os seguintes temas: seleção de auditores, realização de auditorias, escopo de auditorias, auditoria FPIC e recomendações específicas para o caso do Suriname visitado pelo IPAF.

A reunião foi encerrada com o acordo de que documentos preliminares com os resultados da reunião serão distribuídos no dia 25 de março de 2018. As traduções desses documentos serão encomendadas imediatamente e os documentos em francês e português serão compartilhados ao mesmo tempo no servidor do IPAF.

Anexo 1: Cronograma

Sessão	Responsável	Horário
SESSÃO DA MANHÃ	Todos participantes	
Boas vindas Tradução - Loreen Jubitana (Diretor Bureau VIDS)	Chief Jona Gunther (vice chair VIDS & chair KLIM)	9.00 – 9.10
Objetivos da reunião	Marie-Josée Artist	9.10 – 9.15
Apresentação dos participantes e declaração de expectativas da reunião	All	9.15 – 9.30
Sessão sobre a história do IPAF	Robie Halip	9.30 – 9.45
Apresentação do Secretariado da ASI - Lançamento do sistema de certificação em dezembro de 2017 - Funções atuais do Fórum Consultivo dos Povos Indígenas (IPAF em inglês) - Assembleia Geral Anual da ASI em maio de 2018 - Atualizações sobre orçamento esperado e trabalho colaborativo com o IPAF 2018/2019	Fiona Solomon	9.45 – 10.15
CAFÉ		10.15 – 10.30
Apresentação do IPAF sobre o progresso das atividades planejadas e as expectativas da reunião	Marie-Josée Artist and Robie Halip	10.30 – 11.00
Apresentação do Mark (GIZ) sobre o relatório elaborado por eles sobre a participação de indígenas em sistemas de certificação - Desafios e lições aprendidas em outros sistemas de certificação	Mark Annandale	11.00 – 11.30
Apresentação do trabalho da GIZ sobre extração de recursos	Leo von Carlowitz	11.30 – 12.00
Apresentação por Equitable Origin sobre a incorporação do conceito FPIC em padrões voluntários	Soledad Mills	12.00 – 12.30
Apresentação das comunidades do Suriname (área da visita de campo)	Community representatives	12.30 – 1.00
ALMOÇO		
SESSÃO DA TARDE	Todos participantes	

Sessão	Responsável	Horário
Introdução e apresentações sobre o Brasil	Angela Kaxuyana e Dimétrio Amisipa	2.00 – 3.30
CAFÉ		3.30 – 3.45
SESSÃO DA TARDE	Indigenous only	
Avaliação do plano de trabalho e progresso do IPAF		3.45 – 4.15
Apresentação dada pelos membros do Comitê do Padrão	Robie Halip and Marie-Josée Artist	4.15 – 4.45
Introdução de questões-chaves para discutir: <ul style="list-style-type: none"> • Garantias / laços para apoiar a reabilitação ou para superar impactos negativos • Grupo de trabalho sobre direitos humanos • Grupo de trabalho de impacto ambiental • Áreas protegidas 		4.45 – 5.00
Discussão do estudo de caso do Brasil <ul style="list-style-type: none"> - Como os padrões de desempenho serão implementados ? - Elemento das instalações associadas a ser discutido e destacado 		4.00 – 5.00
Discussão – Perguntas e Respostas		

Término 5pm

Todos os participantes estarão livres para fazer seus próprios preparativos para jantar nesta noite. Per diems serão fornecidos aos participantes indígenas.

Quinta-feira, 22 de março

Viagem de campo – Saída às 7hs do Hotel De Luifel

Visita de campo a área Wane

Sexta-feira, 23 de março

Início: 9hs

Sessão	Responsável	Horário
SESSÃO DA MANHÃ	Somente indígenas	
Reflexão sobre a viagem de campo e sobre o primeiro dia de reunião		20 minutos
Trabalhos do IPAF (plano de trabalho, financiamento, divulgação)		9.00 – 9.45
Revisão do Termo de Referência do IPAF <ul style="list-style-type: none">• Apresentação das funções e responsabilidades revisadas		9.45 – 10.15
CAFÉ		10.15 – 10.45
Confirmação / discussão do membro do comitê padrão		10.45 – 11.15
Preparação para as apresentações das sessões da tarde		11.15 – 12.30
ALMOÇO		12.30 – 1.30
SESSÃO DA TARDE	Somente indígenas	
Introdução de questões-chaves para discutir: <ul style="list-style-type: none">• Garantias / laços para apoiar a reabilitação ou para superar impactos negativos• Grupo de trabalho sobre direitos humanos• Grupo de trabalho de impacto ambiental• Áreas protegidas		1.30 – 2.30

Sessão	Responsável	Horário
Discussão do estudo de caso do Brasil - Como os padrões de desempenho serão implementados ? - Elemento de facilitação associado a ser destacado		2.30 - 3.00
Discussão - Perguntas e Respostas		
CAFÉ		
SESSÃO DA TARDE	Todos os participantes	
Avaliação da saída de campo • Questões levantadas • Próximos passos		3.20 - 4.00
Discussão das atividades colaborativas da ASI-IPAF em 2018-2019: - Programa de Monitoramento e Avaliação (Impactos da ASI) • Como avaliar efetivamente a implementação do FPIC? • Consideração das lições do projeto Equitable Origin, projeto da GIZ/Mark - 'educationAI' - webinars e treinamento: contribuição do IPAF • Trabalho com Krista (Diretora de Aprendizagem da ASI) em uma sessão "inspiradora" ou "conversacional" - ao vivo ou gravada		
NOITE SOLIDÁRIA		

Término: 5hs

O jantar será servido na Noite Solidária.

Sábado, 24 de março

Início: 9hs

Sessão	Responsável	Horário
SESSÃO DA MANHÃ	Todos os participantes	
Reflexões sobre o terceiro dia		9.00 – 9.10
Atualizações ou notícias de atuais membros <ul style="list-style-type: none">• Atualizações do caso da Índia, Nicholas Barla• Outros?		9.10 – 9.45
Revisão do Mecanismo de Reclamações da ASI e sugestões de visualização		9.45 – 10.30
CAFÉ		10.30 – 11.00
Recomendações do IPAF para a ASI		11.00 – 11.45
Apresentação do plano de trabalho proposto para 2018-2019		11.45 – 12.30
ALMOÇO		12.30 – 1.00
SESSÃO DA TARDE	Todos os participantes	
Continuação da discussão do trabalho colaborativo do IPAF-ASI <ul style="list-style-type: none">- Envolvimento nos grupos de trabalho<ul style="list-style-type: none">• Biodiversidade e serviços ecossistêmicos• Direitos Humanos- Planejamento da reunião de 2019 do IPAF		1.30 – 2.30
CAFÉ		2.30 – 3.00
<ul style="list-style-type: none">- Reflexões sobre a reunião e sugestões para as próximas reuniões- Como a comunicação pode ser melhorada/aperfeiçoada- Como podemos apoiar uma cultura e um plano de trabalho mais colaborativos		3.00 – 4.00

Término: 4hs

Anexo 2: Participants list

* Nomes em vermelho indicam participantes convidados que não puderam estar presentes.

	Nome	Organização	País
1	Nicholas Barla	Odisha Indigenous Peoples Forum	Índia
2	Robeliza Halip	Tebtebba Foundation	Filipinas
3	Samin Ngach	Cambodia Indigenous Youth Association (CIYA)	Camboja
4	Helen Tugendhat	Forest Peoples Programme	Reino Unido
5	Angela Kaxuyana	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)	Brasil
6	Dimétrio Amisipa	Associação dos povos Tiriya, Kaxuyana e Txiki-yana (APITIKATXI)	Brasil
7	Decio Yokota	Diretor do Instituto de Pesquisa de Formação Indígena (IEPÉ)	Brasil
8	Marie-Josée Artist	Bureau VIDS	Suriname
9	Cathal Doyle	Universidade Middlesex – Escola de Direito	Irlanda
10	Mark Annandale	University of the Sunshine Coast	Australia
11	Jona Gunther	Vice-diretor & diretor KLIM	Suriname
12	Selowin Alamijawari	KLIM	Suriname
13	Louis Biswane	Membro do KLIM	Suriname
14	Kenneth Goeno	Tradutor da língua portuguesa	Suriname
15	Loreen Jubitana	Diretor do Bureau VIDS	Suriname
16	Sandra, Pauline (various)	Bureau VIDS (assistente)	Suriname
17	Rene Artist	VIDS Technical Advisor (Extrativistas)	Suriname
18	Gladies Kabelefodi	Chief Philipus dorp, vice-Diretor OSIP	Suriname
19	Carlo Lewis	Chief Apoera, VIDS Board	Suriname
20	Theo Jubithana (only 23, 24)	Diretor VIDS Board	Suriname
21	Max Ooft (only 23, 24)	Bureau VIDS	Suriname
22	Fiona Solomon	CEO, Aluminium Stewardship Initiative	Australia
23	Leopold Von Carlowitz	GIZ	Alemanha
	<i>Juan Carlos Jintiach</i>	<i>COICA</i>	<i>Ecuador</i>
	<i>Aboubacar Diallo</i>		<i>Guiné</i>
	<i>Soledad Mills</i>	<i>CEO, Equitable Origin</i>	

Anexo 3: Documentos de Referência

1. Brochura do Indigenous Peoples Advisory Forum (IPAF) (em francês, espanhol, português e inglês)
2. Plano de Trabalho do IPAF de 2017 (apenas em inglês)
3. Plano de Trabalho do IPAF de 2018 (apenas em inglês)
4. Termo de Referência para o Grupo de Trabalho de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (apenas em inglês)
5. Termo de Referência para o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos (versão inicial)
6. Resultados de reuniões anteriores do IPAF
7. Estudo de caso do Brasil (apenas em inglês)
8. Cobertura pela mídia do vazamento (em inglês e português)
9. Slides iniciais do treinamento da ASI – entrevistando povos indígenas
10. Relatório do Mark Annandale (apenas versão eletrônica)

Anexo 3: Termo de Referência retificado para o IPAF (a ser revisado)

Termo de Referência do Fórum

1. O IPAF será independente da ASI com seus próprios protocolos e regras de procedimento.
2. Os membros do IPAF realizarão pelo menos uma reunião presencial anual, com uma provável segunda reunião no caso de ações urgentes necessárias para uma determinada questão (e se a ASI tiver recursos disponíveis). A ASI fornecerá recursos para as reuniões anuais e traduções necessárias para o IPAF.
3. Dois membros do IPAF serão designados como representantes do IPAF no Comitê do Padrão da ASI para assegurar que os direitos, preocupações e recomendações dos povos indígenas sejam levados em consideração.
4. Os representantes do IPAF no Comitê do Padrão deverão se reunir diretamente com a Diretoria da ASI pelo menos uma vez por ano, geralmente na reunião geral anual da ASI. Esta será uma oportunidade para relatar e discutir questões levantadas à atenção da Diretoria durante o ano, questões levantadas durante a reunião do IPAF e preocupações e recomendações gerais de povos indígenas.
5. O IPAF fornecerá conselhos e recomendações durante o desenvolvimento de documentos da ASI relacionados à povos indígenas.
6. O IPAF deve avaliar, refletir e fornecer recomendações para melhoria ou mudança no modelo de governança da ASI.
7. O IPAF recomendará processos para um monitoramento participativo da conformidade com os Padrões da ASI que possam envolver diretamente povos indígenas e participar dos procedimentos de supervisão da ASI quanto aos processos de certificação e credenciamento.
8. O envolvimento do IPAF com o Mecanismo de Reclamações da ASI incluirá:
 - a. Atuação como recurso na Certificação ASI e não conformidade com os Padrões ASI relacionados aos povos indígenas;
 - b. Ser informado de reclamações relacionadas aos direitos e interesses dos povos indígenas;
 - c. Indicação de especialistas em direitos indígenas para atuar na comissão do Mecanismo de Reclamações para responder a tais reclamações;
 - d. Participar dos procedimentos de supervisão da ASI quanto ao Mecanismo de Reclamações.
9. IPAF pode solicitar recursos adicionais à ASI para necessidades especificamente identificadas, incluindo a contratação de serviços para a realização de pesquisas específicas sobre questões levantadas pelos povos indígenas¹, para os quais a ASI pode contribuir se houver recursos disponíveis.
10. O IPAF será responsável pela expansão regular e pelo direcionamento de áreas ou regiões não representadas pelo padrão para garantir que a associação represente adequadamente os povos indígenas em territórios afetados pela cadeia de produção do alumínio.
11. O IPAF pode criar subcomitês ou grupos de trabalho dentro do Fórum para lidar com questões específicas levantadas e trazidas à atenção do IPAF e pode designar representantes para grupos de trabalho temáticos da ASI.
12. Todos os membros do IPAF serão responsáveis por fornecer relatórios às comunidades e organizações que eles representam e serão responsáveis por coletar feedback e contribuições dos povos indígenas em suas respectivas regiões.
13. Se um membro do IPAF não puder cumprir sua função durante seu mandato, uma substituição poderá ser proposta por membros regionais da rede mais ampla entre as reuniões do Fórum.

¹ Por exemplo, problemas enfrentados pelos povos indígenas, como melhores práticas em processos de reabilitação envolvendo ou controlados por povos indígenas, condições de saúde causadas por fundição, questões ambientais

Composição do Fórum

A Rede do Fórum Consultivo dos Povos Indígenas (IPAF em inglês) está aberta a qualquer comunidade indígena ou organização e apoia grupos e indivíduos para participar da rede, com base no interesse a ser engajado e comprometido a fornecer informações relacionadas a indústrias extrativistas, principalmente a indústria do alumínio, incluindo mineração de bauxita, refinamento e / ou problemas de fundição e familiaridade com a ASI e povos indígenas.

Representantes do IPAF no Comitê do Padrão

Os critérios de seleção para os representantes do IPAF para o Comitê do Padrão serão baseados em:

- Conhecimento aprofundado dos direitos, formas de vida e questões dos povos indígenas nos níveis local, nacional e regional.
- Deve ser um indígena com integridade e credibilidade
- Deve ser reconhecido por suas comunidades, instituições tradicionais e/ou organizações
- Nível de experiência com mineração de bauxita, refino e / ou fundição e familiaridade com a ASI (ou compromisso de aprimorar seu conhecimento)
- O equilíbrio de gênero e a representação de jovens e idosos e pessoas com deficiência serão levados em consideração
- A representação das comunidades afetadas será assegurada
- Ter disponibilidade e compromisso para participar de reuniões, relatar e coletar feedback de membros do IPAF
- Convoque uma chamada de Skype entre os membros do IPAF uma vez a cada dois meses

Houve uma discussão sobre um possível aumento da representação do IPAF no Comitê do Padrão, tema que pode ser retomado nos próximos anos. Não é uma questão para ser trabalhada no curto prazo.

O fortalecimento dos vínculos de responsabilidade entre os membros do Comitê Diretor do IPAF e os demais membros do IPAF também foi discutido. As recomendações incluíram a permanência da existência de um membro alternativo do Comitê Diretor, além dos dois membros nomeados, e que este membro

alternativo pode ficar em processo de treinamento antes de se associar completamente. Ex-membros do Comitê Diretor.

Funções e responsabilidades dos representantes do IPAF no Comitê do Padrão

- Participar de reuniões presenciais e teleconferências do Comitê do Padrão da ASI
- Manter contato com a Diretoria e Secretaria da ASI em nome do IPAF
- Reportar ao IPAF através do sistema listserv, e outros meios, e nas reuniões anuais presenciais do IPAF sobre atualizações relevantes da ASI e coletar colaborações/ feedback dos membros do IPAF sobre questões/tópicos discutidos no Comitê do Padrão.

Mandato: 2 anos não renováveis / 1 ano renovável por mais 1 ano / 3 anos

Grupos de Trabalho do Comitê do Padrão

Os critérios para seleção dos representantes do IPAF para os Grupos de Trabalho serão baseados em:

- Conhecimento aprofundado dos direitos, formas de vida e questões dos povos indígenas nos níveis local, nacional e regional.
- Nível de experiência com mineração de bauxita, refino e / ou fundição e familiaridade com a ASI (ou compromisso de aprimorar seu conhecimento)
- O equilíbrio de gênero e a representação de jovens e idosos e pessoas com deficiência serão levados em consideração
- Ter disponibilidade e compromisso para participar de reuniões, relatar e coletar feedback de membros do IPAF

Funções e responsabilidades dos representantes do IPAF nos Grupos de Trabalho do Comitê do Padrão

- Participar de reuniões presenciais e teleconferências dos Grupos de Trabalho
- Reportar ao IPAF através do sistema listserv e nas reuniões anuais presenciais do IPAF sobre atualizações relevantes dos Grupos de Trabalho e coletar colaborações/ feedback dos membros do IPAF sobre questões/tópicos discutidos no Grupos de Trabalho

Reunião Presencial Anual do IPAF

Critérios para seleção

1. Os membros do Fórum Consultivo dos Povos Indígenas que participarem das reuniões anuais do IPAF ou das reuniões relevantes da ASI serão auto selecionados regionalmente dentro da Rede de organizações e comunidades engajadas.
 2. Os critérios de seleção serão baseados em:
 - Conhecimento aprofundado dos direitos, formas de vida e questões dos povos indígenas nos níveis local, nacional e regional.
 - Deve ser um indígena da região sendo representada no Fórum com integridade e credibilidade
 - Os membros devem ser reconhecidos por suas comunidades, instituições tradicionais e/ou organizações
 - Nível de experiência com mineração, refino e / ou fundição de bauxita e familiaridade com a ASI (ou compromisso de aprimorar seu conhecimento)
 - O equilíbrio de gênero e a representação de jovens e idosos e pessoas com deficiência serão levados em consideração
 - A representação das comunidades afetadas será assegurada
- A representação geográfica será assegurada de acordo com as regiões relevantes dentro do processo regional da ONU (África, Ásia, América Central e do Sul e Caribe, Europa Central e Oriental, Ártico, Rússia, Ásia Central e Transcaucásia, América do Norte e Pacífico - relevância a ser checada). O número de representantes será definido de acordo com a relevância e dimensão da produção de alumínio, com um número máximo de 15 representantes. Representantes alternativos serão identificados.
 - Consideração também será dada para assegurar que os países com reservas de bauxita e atividades de mineração, e aqueles com refinarias e fundições, sejam representados.
 - Ter disponibilidade e compromisso para participar de reuniões, relatar e coletar feedback de suas respectivas regiões, e realizar outras tarefas conforme definido nos Termos de Referência.

Coordenação para representantes selecionados presentes nas Reuniões Anuais do IPAF e reuniões relacionadas à ASI

- As regiões realizarão o processo de auto seleção e encaminharão os nomes das pessoas selecionadas aos representantes designados do IPAF para o Comitê do Padrão
- Os representantes do IPAF no Comitê do Padrão irão comunicar os nomes dos representantes à organização anfitriã/Secretariado da ASI.

Anexo 4: Recomendações do Fórum Consultivo dos Povos Indígenas para a Aluminium Stewardship Initiative [como proposto]

** Essas recomendações foram compiladas pelos membros do IPAF presentes na reunião do IPAF de 2018 realizada no Suriname em março de 2018 (21 - 24). Os membros do Fórum em 2018 incluíam indivíduos do Brasil, Suriname, Filipinas, Índia e Camboja e organizações de apoio da Austrália e do Reino Unido. Elas serão traduzidas e distribuídas para outras contribuições (período de duas semanas para comentários, assim que os documentos forem traduzidos).*

Recomendação Geral

O sistema ASI, assim como o seu Padrão de Desempenho (Princípios e Critérios) e as implicações da certificação devem ser objeto de divulgação para povos indígenas próximos ou impactados pelas operações de qualquer membro da ASI que visa a certificação.

Quanto ao escopo e realização das auditorias

Seleção dos Auditores

1. Os auditores selecionados para a auditoria de áreas relevantes para povos indígenas devem ter um histórico comprovado e experiência com direitos indígenas.
2. Os auditores precisam de orientação sobre o contexto local dos povos envolvidos em casos específicos, a característica dos grupos indígenas envolvidos.
3. As equipes de auditoria escolhidas para casos específicos devem ser aprovadas pelas partes interessadas, tanto pela empresa quanto pela(s) pessoa(s) envolvida(s).
4. A equipe de auditores também deve ser diversificada, incluindo homens, mulheres e auditores mais jovens para melhorar a comunicação com diversos entrevistados em comunidades indígenas. A equipe deve apresentar habilidades e especialidades apropriadas, incluindo conhecimento das línguas, experiência com questões de gêneros, entre outros.

Escopo da Auditoria

1. Os auditores devem considerar e referenciar relevantes leis nacionais e internacionais, incluindo a OIT 169 e a UNDRIP, e os protocolos de consulta indígena, escritos ou não. Onde houver uma lacuna entre os padrões nacionais e os padrões internacionais, prevalecerá o padrão mais alto.

2. Em áreas onde há a presença de povos indígenas, o escopo da auditoria em relação à Área de Influência deve ser previamente acordado com os povos indígenas relevantes, incorporando a revisão de possíveis impactos diretos e indiretos.
3. Infraestruturas associadas ao empreendimento (associated facilities) devem ser incluídas no escopo das auditorias. Em áreas onde os povos indígenas estão presentes, o escopo da auditoria em relação a essas instalações deve ser previamente acordado, consultado com o IPAF e outros representantes de povos indígenas e organizações indígenas interessadas.
4. Para novos projetos, avaliações apropriadas de impacto ambiental, social e de direitos humanos farão parte da auditoria. Para projetos existentes onde estas avaliações não existam ou são de qualidade insatisfatória, novos estudos devem ser realizados como parte de *due diligence* dos direitos humanos da empresa. Em ambos os casos, esses estudos devem ser incluídos no escopo da auditoria.
5. O processo de *due diligence* em direitos humanos é um elemento do processo de auditoria, que inclui a existência de uma política de direitos humanos da empresa, documentação sobre o processo de identificação de povos indígenas potencialmente impactados. Quando relevante, os indicadores desenvolvidos pelo IPAF em 2015 devem ser mencionados.
6. No contexto da reabilitação, há uma experiência significativa com empresas que vendem locais de mineração e/ou concessões para empresas juniors no final de seus ciclos de vida. Isso ocorre mesmo quando os mecanismos de encerramento (closure bonds) estão em vigor, já que estes podem não ser adequados para cobrir danos ambientais e outros danos. As auditorias devem levar em consideração os planos de encerramento –incluindo obrigações de encerramento (closure bonds)– e devem constituir um elemento do acordo original do FPIC.

Realização da Auditoria

1. O momento da auditoria também deve ser avaliado – a auditoria deve ser realizada no momento da certificação (para estabelecer linhas de base), antes do início das operações, durante as operações (anualmente) e posteriormente para avaliar a conformidade contínua
2. A auditoria deve verificar se os povos indígenas potencialmente impactados por um determinado projeto estão cientes da ASI, do IPAF e da certificação solicitada – além da empresa e das ações propostas pela mesma.
3. Os povos indígenas devem ser informados pelo auditor sobre o processo de auditoria que está sendo realizado e quais as implicações ou resultados do processo.
4. Os auditores devem visitar as comunidades para consultar seus pontos de vista, uma vez que a experiência demonstrou falhas em auditorias realizadas à distância. Os auditores precisam de expertise e financiamento adequados e terão que ser vistos como neutros.
5. As consultas realizadas pelos auditores devem abranger toda a comunidade, incluindo mulheres, idosos e jovens, de acordo com os protocolos locais indígenas.
6. O auditor precisa assegurar que diferentes povos indígenas presentes em uma determinada área ou comunidade estejam envolvidos no processo de verificação e auditoria, entendendo que diferentes grupos políticos e diferentes visões podem estar presentes.
7. Na existência de órgãos nacionais relevantes e confiáveis que trabalham com o desenvolvimento indígena ou povos indígenas, estes devem ser entrevistados pela equipe de auditoria. As comunidades afetadas podem recomendar fontes de informação adicionais relevantes e confiáveis para o processo de entrevista do auditor, como por exemplo, o Ministério Público Federal no Brasil.
8. Os resultados da auditoria devem ser validados com as comunidades antes de sua finalização.
9. Em casos de auditorias onde há a presença de povos indígenas, o IPAF deve desempenhar um papel de coordenação na revisão dos resultados.

Auditoria de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC, em inglês)

1. Qualquer auditoria relacionada à povos indígenas ou comunidades tribais deve verificar se o FPIC foi obtido no início e reconhecer onde o FPIC não foi considerado (para projetos existentes) para reconhecer esse histórico. Novas atividades (como planos revisados de reabilitação) podem então incorporar o FPIC.
2. Deve haver um resultado acordado e documentado pela comunidade sobre o FPIC incluído na verificação do FPIC.
3. O FPIC deve ser verificado através de entrevistas que abrangem toda a comunidade, incluindo homens, mulheres, crianças, jovens e idosos.
4. É essencial que as empresas e os auditores entendam que o consentimento (FPIC) deve ser obtido antes que quaisquer planos ou atividades sejam autorizados ou iniciados. A não aplicação do FPIC torna o restante do padrão redundante em uma perspectiva de direitos indígenas para novos projetos ou atividades. Esta linguagem deve ser incluída em documentos de orientação para o auditor.
5. Quando disponíveis, os protocolos estabelecidos pelas comunidades / povos indígenas deve ser uma referência fundamental para a avaliação do FPIC. Onde protocolos escritos ainda não existem, o auditor deve verificar se a empresa ofereceu suporte para o desenvolvimento de tal protocolo e se tempo hábil e espaço foram fornecidos para isso.
6. Quando o FPIC não é verificado no processo de auditoria, a certificação deve ser negada. A ausência do FPIC é uma violação significativa ao Padrão de Desempenho da ASI e não é compatível com a certificação contínua ou nova.

Colaboração ao Grupo de Trabalho de Direitos Humanos

Nota específica para o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos: deve ser observado que empresas não podem solicitar uma concessão de mineração onde os direitos à terra dos povos indígenas (e outros direitos dos povos indígenas) não sejam legalmente reconhecidos, ou reconhecer explicitamente que as empresas tem um papel e responsabilidade em apoiar o avanço do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, incluindo direitos sobre terras e recursos naturais.

Reabilitação e fechamento

1. As condições sob as quais um projeto ou local pode ser vendido devem ser previamente acordadas levando em consideração o acordo do FPIC.
2. Experiências com a venda de áreas de mineração antes e após o fechamento são abrangentes, a reabilitação deve ser assegurada potencialmente através do uso de títulos ou fundos protegidos (bonds or protected funds) de tamanho suficiente –acordado como parte do consentimento informado– sendo mantidos separadamente da estrutura corporativa.

No-go áreas (áreas não permitidas para mineração)

1. Onde existirem problemas pré-existentes (realocações forçadas anteriores, violações de direitos humanos) a área será considerada como não passível para exploração, a menos que tais questões tenham sido resolvidas de forma satisfatórias para os povos indígenas interessados.
2. Áreas não passíveis para a mineração devem incluir áreas de locais sagrados, locais de sepultamento, florestas de valor espiritual e florestas reservadas (reservadas para uso comunitário), áreas relevantes, com turismo estabelecido e locais especiais, lagoas e rios de uso comum, nascentes, montanhas ou florestas de valor spiritual e lagos. Zonas de amortecimento devem ser estabelecidas em torno desses locais onde a mineração é acordada.
3. Áreas protegidas (estabelecidas durante a implementação da ASI e declaradas posteriormente), tanto áreas declaradas pelo governo local, regional e nacional, quanto aquelas declaradas e protegidas por povos indígenas.

Específico para o caso no Suriname visitado pelo IPAF

1. O planejamento do fechamento da mina e a reabilitação da área do riacho de Wane devem ser feitos em parceria com os povos indígenas.
2. Na implementação do caso do Suriname, a ALCOA deve estabelecer o plano de fechamento da mina juntamente com os povos indígenas, apesar de isso não ter sido feito no processo original de concessão da mineração e durante as operações de mineração. Há uma oportunidade para um “recomeço” para a reabilitação do local. Ao olhar para a reabilitação da área:
 - a. Os povos indígenas devem decidir sobre a flora a ser utilizada
 - b. Os povos indígenas devem possuir e operar os viveiros
 - c. Os povos indígenas devem receber recursos financeiros pela participação no processo de reabilitação
 - d. Os povos indígenas devem, se desejarem, ser os principais responsáveis pelo monitoramento
3. Para novas atividades (como a criação de um plano de reabilitação de minas), o FPIC deve ser considerado e implementado conforme exigido nos protocolos FPIC das comunidades (onde estes existirem).